



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Processo nº 0147.001.0006283

Requerente: Vereador Carlos Eduardo (Maninho)

Súmula: Projeto de Lei: que "Institui a semana municipal da transparência e combate à corrupção.

[SIC]

### RELATÓRIO

Versa o expediente sobre proposição de autoria de vereador com assento nesta Casa Legislativa, que "institui a semana municipal da transparência e combate à corrupção". Vem o expediente instruído com mensagem justificativa e projeto de lei anexo.

### PARECER

A instituição de datas comemorativas se insere, a princípio, na parte da Lei Orgânica Municipal, que dispõe:

*Art. 7º Ao Município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*(...)*

*XXXIV - dispor sobre espetáculos e diversões públicas;*

Já a competência da Câmara Municipal para iniciativa de projetos sobre a matéria é fixada pela LOM:

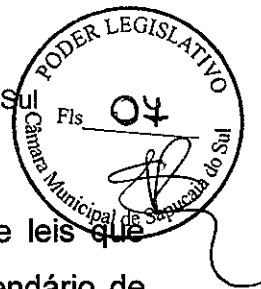
***Art. 36. Compete à Câmara Municipal deliberar, com a sanção do Prefeito, sobre todas as matérias da competência do Município, (...).  
Grifamos.***

O "Calendário Oficial", à primeira vista, não se situa completamente fora da esfera de atuação do Poder Legislativo, considerando que a regulamentação da competência legislativa a nível municipal (Lei Orgânica) não contém nenhuma disposição que reserve privativamente ao Poder Executivo a iniciativa sobre fixação de datas comemorativas municipais, sendo requisito nesse aspecto apenas que o ato se dê *com a sanção do Prefeito*. Merece registro, por outro lado, que em pesquisa junto ao sítio oficial do município de Sapucaia do Sul na internet, as



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



referências aos termos “calendário oficial” encontradas são basicamente leis que incluem datas no calendário oficial e um decreto que estabelecia o calendário de eventos para o ano de 2006. Nenhuma lei que diga respeito à existência de um calendário oficial. Tal informação também não consta dos autos, ou da mensagem justificativa.

Ao quanto compete nossa manifestação técnica, cumpre registrar também o fato que *a criação de atribuições e serviços a serem executados pela Administração Municipal* caracteriza vício de iniciativa. Nesse sentido:

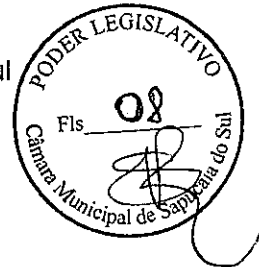
Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE PELOTAS. LEI MUNICIPAL N.º 6.019/2013 QUE INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO AS FESTAS DE IEMANJÁ E NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES. Constitui-se em vício de iniciativa a promulgação, pelo Poder Legislativo de Lei Municipal que, **ao incluir no calendário oficial de eventos do município as festas de Iemanjá e de Nossa Senhora dos Navegantes, interfere na organização de órgãos da Administração Pública**, matéria reservada ao Chefe do Poder Executivo; bem como origina despesas não previstas na lei de diretrizes orçamentárias, com **a criação de atribuições e serviços a serem executados pela Administração Municipal**. Afronta ao artigo 8º, artigo 10, artigo 60, inciso II, alínea "d", artigo 61, incisos I e II, artigo 82, incisos III e VII, artigo 149, incisos I, II e III, bem como ao artigo 154, incisos I e II, todos da Constituição Estadual. JULGARAM PROCEDENTE. UNÂNIME (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70057519886, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em 06/10/2014).

Nesta linha de raciocínio, o entendimento que nos parece mais adequado como limite extremo da possibilidade de iniciativa parlamentar, considerando a previsão na Lei Orgânica Municipal quanto à possibilidade de a Câmara de Vereadores dispor sobre todas as matérias da competência municipal com a sanção do prefeito (art. 36 da LOM), vai ao sentido que **o Legislativo poderá instituir data comemorativa no calendário oficial, desde que o prefeito sancione a proposição. Mas: o Legislativo pode fazer tão somente isso, não poderão constar do projeto quaisquer disposições que criem atribuições e serviços a serem executados pela Administração Municipal**. Ao quanto se observa do projeto de lei anexo, tal limite foi respeitado.



## **CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL**

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ante o exposto, com as informações que julgamos pertinentes, encaminhamos o projeto ao prosseguimento na sua tramitação regimental. À análise superior, para as devidas providências, e com a aprovação, encaminhe-se o expediente à Diretoria Legislativa para as diligências cabíveis.

Sapucaia do Sul, 1 de novembro de 2017

**Pablo José Camboim de Souza**  
OAB/RS 50.493  
Matrícula 881

Aprovo .

**João Roberto da Fonseca Junior**  
Procurador Chefe  
OAB/RS 69.257